

Os fatores éticos e democráticos das comunicações precedentes da prática jornalística

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

Suelyn Cristina Carneiro
da Luz

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC).

E-mail: suelynluz@gmail.com

À primeira vista, quando pensamos na função social do jornalismo, fundada em preceitos éticos e democráticos, direcionamos a atenção para o momento em que o produto final repercute e onde foi veiculado, independente do formato. Ou seja, focamos no conteúdo das notícias, no trabalho jornalístico e na conduta das emissoras.

Quando temos contato com essas produções, cotidianamente, tendemos a ignorar o caminho que percorrem antes mesmo de se tornarem uma pauta, até chegarem ao destino dos nossos olhos, que miram os aparelhos celulares conectados ao *wi-fi*, na rede telefônica e no Sistema de Posicionamento Global (aquilo que chamamos de GPS).

É compreensível, pois não há tempo para tanto. Só há tempo, entre uma tarefa e outra, para manter a conexão, se informar das últimas notícias, dos assuntos mais comentados, conferir as novas fotos e visualizar as histórias que sumirão em vinte e quatro horas. O tempo já é pouco para checar as tantas notificações dos grupos e contatos, nos vários aplicativos de mensagens instantâneas, dar conta das metas diárias, chegar ao compromisso no horário. E assim, e por isso, nos deslocamos em carros particulares ligados a aplicativos e nos alimentamos pedindo comida por um aplicativo, que chegará até nós através de um transporte oferecido, precariamente, por um aplicativo.

No livro *Comunicações em tempos de crise: economia e política*, o empenho da jornalista e professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), Helena Martins, é certo ao abordar como “os meios de comunicação e as tecnologias da informação integram e transformam nosso cotidiano” (MARTINS, 2020, p.13). Além disso, ela nos instiga sobre a necessidade de se “pensar criticamente as comunicações” (MARTINS, 2020, p.17).

O uso intencional do termo no plural adotado pela autora se dá, justamente, para demonstrar “a complexidade dessa tarefa, pois refere-se a um cenário em que as fronteiras entre telecomunicações, radiodifusão e informática estão sendo diluídas, o que altera a lógica de funcionamento de cada uma dessas indústrias” (MARTINS, 2020, p.17). Ademais, Martins, que integra o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e trabalhou por seis anos como repórter na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), debate como as formulações e decisões legislativas revelam a relação entre o mercado da mídia, a democracia brasileira e a efetiva liberdade de expressão e de imprensa.

Ao apresentar sua reflexão sobre o quanto essas relações de poderes contaminam com corrupção toda a estrutura tecnológica, que possibilita a chegada dos conteúdos produzidos, Martins demonstra que os desvios éticos se mostram anteriores ao trabalho jornalístico a que temos acesso. A pressão dos interesses em benefício de monopólios e oligopólios midiáticos, agora também digitais, permeia legislações, concessões e o próprio desenvolvimento tecnológico. Sobremaneira, Martins nos coloca em confronto com uma evidência: não há neutralidade tecnológica e a pluralidade de narrativas dos fatos é oprimida ao longo de toda a cadeia comunicacional.

Dividido em seis capítulos, o livro nos provoca a pensar como as condições de acesso às tecnologias interferem na prática jornalística e como ambas estão sob o domínio das forças do capital. Em sua descrição, Martins alega que apresenta no texto um panorama dos “problemas e iniciativas voltadas à democratização do setor das comunicações” (MARTINS, 2020, p. 26). O contexto trazido, no entanto, discorre sobre o histórico legislativo da formação de todo o sistema de telecomunicações e radiodifusão do Brasil. Ela detalha os acordos de favorecimento entre o corpo empresarial e o governo que antecederam, desde a década de 1930, a promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962. A autora faz, ainda, um levantamento desse processo até a formulação da Lei Geral de Dados Pessoais (LGPD), de 2018.

A retomada do histórico das telecomunicações e radiodifusões é, de fato, introdutória e contextual no livro. O objetivo principal de Martins, recorrendo ao conceito de hegemonia política de Antonio Gramsci e aos estudos da Economia Política da Comunicação (EPC), é apontar o papel estratégico da tecnologia na luta das ideias, na formação do simbólico como base fundamental para a manutenção do capitalismo e para a detenção dos meios de comunicação nas mãos da classe dominante. Os dados utilizados para afirmar que as cinco maiores empresas que mais faturam no mundo hoje são da área da tecnologia, posto antes ocupado por petrolíferas e bancos, sustenta a argumentação da jornalista de que as várias formas de comunicação operam uma função decisiva para o capital em sua fase atual.

Outro ponto importante do livro trata da mercantilização da vida e do tempo de lazer, as mudanças no mundo do trabalho, a datificação e a vigilância da sociedade, que são exemplificadas pela autora por meio de casos brasileiros, com apontamentos e destaques para as reconfigurações do capital neste momento de crise.

Em contrapartida ao cenário imposto pelas características da agenda ultraliberal e de polarização política, ainda a partir das reflexões da teoria gramsciana, a condução de Martins esmiúça os tensionamentos entre a naturalização das opressões cotidianas e o potencial das alternativas contra-hegemônicas de comunicação, insurgentes ao longo da história do país. Tomar consciência do percurso histórico de dominação elitizante dos meios é um subsídio para o fortalecimento das lutas pela democratização das comunicações, nesses tempos de profundas, combinadas e mutantes crises estruturais.

Lançado em janeiro de 2020, *Comunicações em tempos de crise: economia e política* é o terceiro livro de uma coleção intitulada “Emergências”, publicada pela parceria entre a Fundação Rosa Luxemburgo e a Editora Expressão Popular. Os quatro livros já lançados são comercializados com preço acessível, mas também estão disponíveis para download integral no portal online da editora. Segundo as organizações, a proposta é fundamentar debates sobre os problemas brasileiros da atualidade, desde abordagens introdutórias e de resistência aos grandes meios.

Como descrito na apresentação da coleção, de abertura dos livros: “Emergências porque é preciso refletir sobre o mundo que vivemos. Já não temos condições de ignorar a gravidade das crises econômica, social, ambiental, política. Emergências porque já não se pode mais insistir em velhas respostas. Emergências porque não podemos mais esperar”.

É uma emergência debater sobre a estrutura, o acesso às tecnologias e aos nossos meios de comunicações e informações. É urgente para a qualidade de um jornalismo ético. É urgente para o que ainda há de possibilidade democrática no país.